

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2018
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

| | |
|--|---------|
| Relatório da Administração | 1-7 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 8-12 |
| Balanco patrimonial | 13 |
| Demonstração do resultado | 14 |
| Demonstração do resultado abrangente | 15 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 16 |
| Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto | 17 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 18 - 51 |

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Rodoanel), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R\$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do RodoAnel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia emprega de forma direta 473 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno das rodovias sob sua administração.

A Companhia tem como acionistas a CCR (99,0391%) e a Encalso Construções Ltda. (0,9609%).

1.3. Destaques do ano de 2018

- Liquidação da 4ª Emissão de Debêntures;
- Sistema de Iluminação dos Túneis.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Desempenho RodoAnel

| Em R\$ mil | 2018 | 2017 | Var.% |
|--|---------|-----------|-----------|
| Receita líquida | 268.798 | 296.840 | -9,45% |
| Receita de pedágio | 262.496 | 264.516 | -0,76% |
| Receita de construção (ICPC 01 R1) | 26.532 | 54.099 | -50,96% |
| Outras receitas | 2.704 | 1.245 | 117,19% |
| (-) Deduções da receita bruta | 22.934 | 23.020 | -0,37% |
| (-) Custos e despesas (a) | 206.321 | 218.020 | -5,37% |
| Custos de construção (ICPC 01 R1) | 26.532 | 54.099 | -50,96% |
| Demais custos e despesas | 179.789 | 163.921 | 9,68% |
| (-) Resultado financeiro líquido | 73.073 | 191.258 | -61,79% |
| (-) Imposto de Renda e Contribuição Social | -3.425 | -38.198 | -0,9 p.p. |
| Lucro líquido | -7.171 | -74.240 | -90,34% |
| (+) Resultado financeiro líquido | 73.073 | 191.258 | -61,79% |
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social | -3.425 | -38.198 | -91,03% |
| EBIT (b) | 62.477 | 78.820 | -20,73% |
| Margem EBIT | 23,24% | 26,55% | -3,3 p.p. |
| Margem EBIT ajustada (c) | 25,79% | 32,47% | -6,7 p.p. |
| (+) Depreciação/amortização | 24.754 | 23.021 | 7,53% |
| EBITDA (b) | 87.231 | 101.841 | -14,35% |
| Margem EBITDA | 32,45% | 34,31% | -1,9 p.p. |
| (+) Provisão de manutenção (d) | 5.956 | 175 | 3303,43% |
| (+) Despesas antecipadas ao resultado (e) | 73.578 | 73.578 | 0,0 p.p. |
| EBITDA ajustado | 166.765 | 175.594 | -5,03% |
| Margem EBITDA ajustada (f) | 68,84% | 72,34% | -3,5 p.p. |
| Dívida bruta | 807.711 | 1.082.730 | -25,40% |
| Investimentos | 33.189 | 57.652 | -42,43% |
| Veículos equivalentes (em milhares) | 131.559 | 136.013 | -3,27% |

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.
- (c) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 3 - Principais práticas contábeis (item "j") e 17 - Provisão de manutenção.
- (d) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 10 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

2.1.1. Receita operacional

A receita de pedágio em 2018 totalizou R\$ 262.496 (-0,8% sobre 2017). A redução das receitas de pedágio é reflexo especialmente da isenção da cobrança do eixo suspenso no final do primeiro semestre do ano e da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio.

2.1.2. Custos e despesas totais

Os custos totais apresentaram uma redução de 5,37% em relação a 2017, perfazendo R\$ 206.321 no ano de 2018. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 26.532. A diminuição de 50,96% em relação a 2017 é reflexo do Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste ano o principal montante de investimento foi a Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo.
- Em 2018 a provisão de manutenção totalizou R\$ 5.956, antes R\$ 175 em 2017, reflexo da provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento. Durante o exercício de 2018, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 24.754 no ano de 2018. O crescimento de 7,5% em relação ao ano anterior decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos.
- O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 77.563.
- Em 2018 o custo de serviços totalizou R\$ 26.255, ante 28.488 em 2017. A redução ocorreu, principalmente, em virtude dos custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: conservação do pavimento e conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), entre outros.
- Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$ 24.542 no ano de 2018, registrando um acréscimo de 9,4% em relação a 2017.
- Os outros custos e despesas, tais como serviços públicos, alugueis, marketing, materiais, equipamentos e veículos foram de R\$ 20.719, um aumento de 69,3% em relação ao ano anterior.

2.1.3. Resultado financeiro

No ano de 2018, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 73.073 e representa uma melhora de 61,8% em relação ao resultado negativo de R\$ 191.258 apurado em 2017, reflexo principalmente da liquidação da 3ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures, resultando em um menor acúmulo de Juros sobre debêntures.

2.1.4. Prejuízo do Exercício

Em 2018, o prejuízo líquido atingiu R\$ 7.171, apresentando um desempenho 90,3% melhor em relação a 2017.

2.1.5. Dívida

Em 2018 a dívida bruta consolidada com debêntures alcançou R\$ 807.711, ante R\$ 1.082.730 em 2017, devido principalmente à liquidação da 3ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures.

2.1.6. Investimento

No acumulado do ano de 2018, os investimentos somaram R\$ 33.189. Os investimentos, principalmente àqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para a

melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2018, destaca-se a Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo, visando a segurança e a melhoria da fluidez na rodovia.

3. Estratégia e Gestão

3.1. Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, a Diretoria da companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodaneloeste.com.br/ri

3.2. Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Atualmente a Companhia emprega 473 de forma direta.

Em 2018, foram investidos R\$ 14 em 91 programas de treinamento e capacitação de pessoas.

4. Sustentabilidade

Desde sua criação, em 1999, a Companhia tem o objetivo de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de seus negócios. Por isso, incorpora continuamente as melhores práticas de governança e de gestão da sustentabilidade, de forma transversal, em todos os modais que administra.

Anualmente, em seu site, a Companhia divulga o Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS), de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC), padrões internacionalmente reconhecidos para a prestação de contas do desempenho em sustentabilidade. As informações que atendem aos protocolos e diretrizes da GRI são verificadas por empresa externa, a partir de um processo que envolve a avaliação dos dados, dos processos e sistemas de gestão e das evidências apresentadas.

Em 2017, o RAS passou a estar em conformidade com a GRI Standards, a mais atual norma global para a comunicação dos impactos e benefícios socioambientais dos negócios. Antes disso, em 2016, a Companhia conduziu um novo estudo de materialidade que permitiu (i) identificar os temas da sustentabilidade mais importantes para a tomada de decisão dos *stakeholders* e (ii) priorizar os temas com abordagem específica para os modais em operação.

Na divulgação de seu desempenho, o Grupo CCR, convidado para fazer parte do grupo de empresas *frontrunners* do Relato Integrado, busca evidenciar como sua estratégia de atuação gerar valor em seis diferentes tipos de capitais, propostos pelo IIRC: (i) financeiro; (ii) natural; (iii) humano; (iv) manufaturado; (v) intelectual; e (vi) social e de relacionamento. Dessa maneira, acionistas, organizações do setor financeiro, analistas de mercado e outros públicos têm acesso a informações mais completas e abrangentes sobre os impactos positivos proporcionados pelo modelo de negócios.

Além da prestação de contas, a atuação sustentável da Companhia é reforçada por meio da adesão a compromissos voluntários de âmbito global. A Companhia é signatária do Pacto Global desde 2011, responde voluntariamente aos questionários da plataforma Carbon Disclosure Project (CDP) e contempla, na definição de sua estratégia, as contribuições de seus negócios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Primeira Companhia listada no segmento Novo Mercado da B3, em 2002, a Companhia atualmente compõe as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), que reconhecem as organizações com melhor desempenho na gestão de aspectos econômicos e socioambientais.

Desde 2014, o Instituto CCR é responsável por centralizar a gestão dos projetos e das iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social, nos municípios de atuação das empresas controladas pela CCR. Os investimentos são realizados com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso). Para conhecer os projetos desenvolvidos, acesse www.institutoccr.com.br.

A Companhia também possui parcerias estratégicas com organizações alinhadas aos seus valores e que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Entre esses parceiros estão o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Childhood Brasil, que combate o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

4.1. Gestão de Sustentabilidade

A Companhia possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis no longo prazo. No ano de 2017 a Companhia manteve as certificações conquistadas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, operando o SGI – Sistema de Gestão Integrado, que contempla as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional.

- Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia

A Companhia desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Os projetos que mais se destacaram em 2018 foram: Caminhos para a Cidadania, que leva educação no trânsito para alunos do 4º e 5º ano da rede municipal de ensino. Também vale destacar o projeto teatral “Cadê o amor que estava aqui?”, espetáculo que conta a história de uma professora que luta por um mundo melhor, propondo uma atividade coletiva, para que cada aluno traga uma ideia do que seria um mundo melhor. Para sua surpresa, os trabalhos revelam que, para as crianças, é necessário mais amor à natureza e ao próximo, além de cidadania e diversidade.

- Principais ações para redução do consumo de água, energia e geração de resíduos

Em 2018 foram realizadas ações para a redução do consumo de água, energia, combustível e geração de resíduos, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais. Entre as ações implantadas, foi constituído um grupo de trabalho para definir a estratégias de comunicação para orientar e conscientizar os colaboradores, intensificando a necessidade da mudança de hábitos e comportamento em relação ao consumo consciente. A concessionária utilizou água de reuso em seus processos operacionais e administrativo, implantou lâmpadas a LED mais eficientes nos túneis, controle das contas públicas para identificação de desvios no consumo de água e energia elétrica, utilização de combustíveis e veículos menos poluentes (moto resgate) e na gestão de resíduos reaproveitamento e reciclagem de entulho de construção civil e material fresado.

- Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2018, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores do Atendimento sobre as metas pactuadas para o ano e resultados do ano anterior), Workshop Gestão de Pessoas – O papel indelegável do Líder e Programa Aprimorando, Resgate Veicular e Salvamento Básico em Altura

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

5.2. Auditores Independentes

Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Barueri, 27 de março de 2019.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.
Barueri - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 1.1, às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Comitê de Investigação Independente da sua controladora CCR S.A., em conjunto com assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, concluiu em 05 de dezembro de 2018 as investigações relacionadas aos assuntos citados na referida nota explicativa e, seu resultado, foi comunicado ao Conselho de Administração da sua controladora CCR S.A. Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, foi celebrado pela Companhia e determinadas empresas do Grupo CCR, Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, ainda não homologado judicialmente. Por abrangerem fatos e informações protegidas por segredo de justiça, a Companhia e sua controladora CCR S.A. não puderam nos apresentar a totalidade da documentação suporte e, conseqüentemente, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os possíveis impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das



demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão, com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Conforme mencionado nas notas explicativas 2(h) e 12, a Companhia avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras, que é baseado no orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até à data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados à Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos caixa futuros e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.



Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia no cálculo de redução ao recuperável, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas no teste do valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão, assim com as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas 2(m) e 8, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, volume de tráfego, entre outras.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas nº 2(m) e 8, em especial em relação ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas na determinação do

lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ênfase

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº1, que menciona a ação popular protocolada em 15 de dezembro de 2008 que pleiteia a anulação do contrato de concessão de operação do Rodoanel Mário Covas, objeto operacional da Companhia. A ação foi julgada procedente em primeira instância e, posteriormente, suspensa com liminar até o trânsito em julgado para conclusão da referida ação. Visando anular o processo desde a citação inicial a ação se encontra em fase de recurso a fim de que o autor emende a petição inicial, o qual aguarda processamento desse recurso de agravo. Os assessores jurídicos da Companhia estimam um desfecho favorável da causa à Companhia. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de



erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Balanço patrimonial

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Ativo | Nota | 2018 | 2017 | Passivo | Nota | 2018 | 2017 |
|---|------|-----------|-----------|---|------|-----------|-----------|
| | | | | | | | |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 3.446 | 1.341 | Debêntures | 14 | 9.620 | 285.245 |
| Aplicações financeiras | 6 | 16.803 | 52.561 | Fornecedores | | 9.901 | 7.721 |
| Contas a receber | 7 | 15.459 | 15.717 | Impostos e contribuições a recolher | | 10.467 | 2.440 |
| Contas a receber - partes relacionadas | 10 | 39 | 13 | Obrigações sociais e trabalhistas | | 3.001 | 2.801 |
| Cessão onerosa - partes relacionadas | 10 | 116 | - | Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas | 10 | 184 | 164 |
| Pagamentos antecipados relacionados à concessão | 9 | 73.578 | 73.578 | Obrigações com o poder concedente | | 364 | 351 |
| Tributos a recuperar | | 852 | 735 | Outras contas a pagar | | 85 | 466 |
| Despesas antecipadas | | 1.478 | 1.166 | | | | |
| Adiantamentos a fornecedores | | 64 | - | Total do passivo circulante | | 33.622 | 299.188 |
| Total do ativo circulante | | 111.835 | 145.111 | | | | |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | Debêntures | 14 | 798.091 | 797.485 |
| Depósitos judiciais | | 155 | 122 | Impostos e contribuições a recolher | | 9.168 | 8.163 |
| Tributos a recuperar | | - | 15 | Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários | 15 | 934 | 198 |
| Tributos diferidos | 8b | 270.012 | 348.544 | AFAC - partes relacionadas | 10 | 742.862 | 577.862 |
| Pagamentos antecipados relacionados à concessão | 9 | 1.355.061 | 1.428.639 | Provisão de manutenção | 16 | 8.720 | 2.276 |
| Cessão onerosa - partes relacionadas | 10 | 81.957 | - | Mútuos cedidos à terceiros | | 96.486 | 90.790 |
| | | 1.707.185 | 1.777.320 | Total do passivo não circulante | | 1.656.261 | 1.476.774 |
| Imobilizado | 11 | 26.399 | 24.841 | Patrimônio líquido | | | |
| Intangível | 12 | 381.426 | 390.276 | Capital social | 17 | 1.040.700 | 1.040.700 |
| Intangível em construção | 12 | 23.608 | - | Prejuízos acumulados | | (480.130) | (472.959) |
| Diferido | 13 | - | 6.155 | | | 560.570 | 567.741 |
| Total do ativo não circulante | | 2.138.618 | 2.198.592 | | | | |
| Total do ativo | | 2.250.453 | 2.343.703 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.250.453 | 2.343.703 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2018 | 2017 |
|--|------|------------------|------------------|
| Receita operacional líquida | 18 | 268.798 | 296.840 |
| Custos dos serviços prestados | | | |
| Custo de construção | | (26.532) | (54.099) |
| Provisão de manutenção | 16 | (5.956) | (175) |
| Depreciação e amortização | | (23.056) | (21.278) |
| Custo da outorga | | (77.563) | (77.571) |
| Serviços | | (22.611) | (25.062) |
| Custo com pessoal | | (23.049) | (20.926) |
| Materiais, equipamentos e veículos | | (4.377) | (4.965) |
| Outros | | (3.358) | (3.472) |
| | | <u>(186.502)</u> | <u>(207.548)</u> |
| Lucro bruto | | <u>82.296</u> | <u>89.292</u> |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | | | |
| Despesa com pessoal | | (1.493) | (1.502) |
| Serviços | | (3.644) | (3.426) |
| Materiais, equipamentos e veículos | | (1.211) | (873) |
| Depreciação e amortização | | (1.698) | (1.743) |
| Água, luz, telefone, internet e gás | | (1.898) | (1.622) |
| Contribuições a sindicatos e associações de classe | | (484) | (521) |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários | | (735) | (60) |
| Aluguéis de imóveis e condomínios | | (58) | (24) |
| Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos | | (9) | (1) |
| Impostos, taxas e despesas com cartórios | | (753) | (526) |
| Provisão para perda esperada - Contas a receber | | (36) | 15 |
| Outros | | (691) | (579) |
| | | <u>(12.710)</u> | <u>(10.862)</u> |
| Outros resultados operacionais | | <u>(7.109)</u> | <u>390</u> |
| Resultado antes do resultado financeiro | | <u>62.477</u> | <u>78.820</u> |
| Resultado financeiro | 19 | <u>(73.073)</u> | <u>(191.258)</u> |
| Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social | | <u>(10.596)</u> | <u>(112.438)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | 8a | <u>3.425</u> | <u>38.198</u> |
| Prejuízo do exercício | | <u>(7.171)</u> | <u>(74.240)</u> |
| Prejuízo por ação ordinária - R\$ | | <u>(0,00689)</u> | <u>(0,07134)</u> |
| Prejuízo por ação preferencial - R\$ | | <u>(0,00689)</u> | <u>(0,07134)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|----------------|-----------------|
| Prejuízo do exercício | (7.171) | (74.240) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>(7.171)</u> | <u>(74.240)</u> |

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

| | <u>Capital Social</u> | <u>Prejuízos acumulados</u> | <u>Total</u> |
|---|-----------------------|-----------------------------|-----------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2017 | <u>1.040.700</u> | <u>(398.719)</u> | <u>641.981</u> |
| Prejuízo do exercício | <u>-</u> | <u>(74.240)</u> | <u>(74.240)</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | <u>1.040.700</u> | <u>(472.959)</u> | <u>567.741</u> |
| Prejuízo do exercício | <u>-</u> | <u>(7.171)</u> | <u>(7.171)</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | <u>1.040.700</u> | <u>(480.130)</u> | <u>560.570</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo do exercício | (7.171) | (74.240) |
| Ajustes por: | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (3.425) | (38.198) |
| Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão | 73.578 | 73.578 |
| Depreciação e amortização | 24.754 | 23.021 |
| Baixa de ativo imobilizado | 20 | 106 |
| Capitalização de custo de empréstimos | (1.746) | (5.201) |
| Juros sobre debêntures | 68.139 | 178.087 |
| Constituição e reversão da provisão para riscos trabalhistas e previdenciários | 1.033 | 379 |
| Atualização monetária sobre riscos cíveis e trabalhistas e previdenciários | 24 | - |
| Provisão para perda esperada - Contas a receber | 37 | - |
| Constituição de provisão de manutenção | 5.956 | 175 |
| Ajustes a valor presente da provisão de manutenção | 488 | 311 |
| Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas | 926 | (7.725) |
| Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros | 18 | (1) |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| (Aumento) redução dos ativos | | |
| Contas a receber | 221 | (906) |
| Contas a receber - partes relacionadas | (26) | - |
| Tributos a recuperar | (102) | 200 |
| Despesas antecipadas e outras | (345) | 370 |
| Adiantamento a fornecedores | (64) | 16 |
| Aumento (redução) dos passivos | | |
| Fornecedores | 2.162 | 761 |
| Fornecedores - partes relacionadas | 20 | 6.999 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 200 | 74 |
| Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social | 9.337 | 1.414 |
| Pagamentos com imposto de renda e contribuição social | (305) | - |
| Obrigações com o poder concedente | 13 | 24 |
| Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários | (321) | (319) |
| Outras contas a pagar | (381) | 377 |
| Cessão onerosa - recebimento | - | 344.562 |
| Outras contas a pagar | 5.696 | (4.839) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 178.736 | 499.025 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | (7.120) | (3.547) |
| Adições ao ativo intangível | (26.069) | (54.105) |
| Aplicações financeiras líquidas de resgate | 35.758 | (52.561) |
| Caixa proveniente das (usado nas) atividades de investimento | 2.569 | (110.213) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Debêntures | | |
| Captações | - | 796.829 |
| Pagamentos de principal | (275.000) | (1.585.000) |
| Pagamentos de juros | (68.158) | (202.574) |
| Mútuos com partes relacionadas | | |
| Captações | 50.000 | 7.000 |
| Pagamentos de principal | (50.000) | (7.000) |
| Pagamentos de juros | (1.042) | (22) |
| AFAC - partes relacionadas | 165.000 | 577.862 |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamento | (179.200) | (412.905) |
| Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | 2.105 | (24.093) |
| Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 1.341 | 25.434 |
| No final do exercício | 3.446 | 1.341 |
| | 2.105 | (24.093) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Pentead de Ulhoa Rodrigues, 690 – sala 11 – 1º andar, bairro Tamboré na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende:

- a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados;
- b) Apoio na execução dos serviços não delegados;
- c) Gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização.

O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no Contrato de Concessão nº. 001/ARTESP/2008.

A Concessionária iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Ampliações e melhoramentos

- Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de seis passarelas para pedestres;
- Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco;
- Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia;
- Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia;
- Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego;
- Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável;
- Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e
- Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem.

1.1 Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que sua Controladora CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado, divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a Controladora CCR S.A. divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente seriam submetidas ao Conselho de Administração, que deliberaria quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a Controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação seria o dia 14 de maio de 2018. Porém, no curso desta solicitação, foram requeridos novos esclarecimentos, tornando o prazo acima prejudicado. Em seguida, antes de cumpridas as referidas solicitações, o Ministério Público do Estado de São Paulo decretou o sigilo do procedimento.

Em 20 de maio de 2018, foi veiculada matéria sob título “MP aponta caixa 2 da CCR para a campanha de Alekmin”. Conforme comunicado ao mercado, datado de 24 de maio de 2018, a Controladora CCR S.A., respondendo a Ofício da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, esclareceu que, em 28 de fevereiro de 2018, tão logo tomou conhecimento de reportagens publicadas na imprensa acerca de suposta prática de atos ilícitos envolvendo a Controladora CCR S.A., foi constituído Comitê Independente para conduzir investigações relacionadas aos eventos citados nas reportagens e conexos. Ademais, a Controladora CCR S.A. ressaltou também que os trabalhos do Comitê ainda não haviam se encerrado, e que, portanto, as investigações conduzidas sob sua supervisão não haviam sido concluídas.

Em 15 de outubro de 2018, a Controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante citando que segue no firme propósito de contribuir com as autoridades para que a investigação em curso elucide os fatos veiculados recentemente na mídia.

Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, foi celebrado o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo (“MP/SP”), que será posteriormente encaminhado para homologação judicial, pelo qual se comprometerá a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores serão pagos em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 em 1º de março de 2019, e o saldo remanescente em 1º de março de 2020. Com a celebração do Termo de Autocomposição, fica encerrado o Inquérito Civil PJPP-CAP nº 14.0695.0000295/2018 (vide item 4.5 do Formulário de Referência da Controladora CCR S.A.), conduzido pelo MP/SP, que tinha por objeto apurar certos fatos envolvendo a Controladora CCR S.A. e algumas de suas controladas. Os termos e condições do Termo de Autocomposição são sigilosos.

Em 07 de dezembro de 2018, foi divulgado pela Controladora CCR S.A. Fato Relevante informando que as investigações conduzidas pelo Comitê Independente, constituído em 28 de fevereiro de 2018, foram encerradas em 05 de dezembro de 2018, e seu resultado foi comunicado ao Conselho de

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração em reunião realizada em 07 de dezembro de 2018. Referido resultado é sigiloso por abranger fatos tratados no Termo de Autocomposição.

O Conselho de Administração, diante dos fatos e recomendações apresentados e sem prejuízo das medidas já tomadas visando ao aprimoramento dos mecanismos de controle e da estrutura de governança corporativa da Controladora CCR S.A., deliberou, por unanimidade, que sejam tomadas imediatamente medidas relacionadas (i) ao aprimoramento dos controles internos e da estrutura de governança da Controladora CCR S.A., inclusive no que se refere às políticas internas da Controladora CCR S.A. e o seu Código de Ética; (ii) à criação de plano de trabalho para endereçar todas as recomendações apontadas pelo Comitê Independente, com uma avaliação detalhada de riscos relacionados às atividades da Controladora CCR S.A. e suas subsidiárias e controladas, levando-se em conta o setor de atuação da Controladora CCR S.A. e o nível de interação com o setor público; e (iii) ao monitoramento, em caráter permanente, do andamento de cada uma das medidas determinadas naquela data pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, no Fato Relevante, a Controladora CCR S.A. informou que (i) não há pessoas envolvidas nas ilicitudes apuradas que, na data do referido Fato Relevante ainda sejam administradores da Controladora CCR S.A. ou de empresas do Grupo CCR e que (ii) apresentará os resultados da investigação às autoridades públicas competentes e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados a respeito de eventuais desdobramentos relacionados aos temas tratados.

Em 13 de fevereiro de 2019, a Controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante visando esclarecer aos acionistas sobre matéria divulgada na mídia acerca de suposto superfaturamento. A Controladora CCR S.A. reiterou o conteúdo do Fato Relevante de 29 de novembro, inclusive quanto ao sigilo dos fatos apurados e dos termos e condições do Termo de Autocomposição, razão pela qual encontra-se impedida de fazer qualquer comentário quanto ao conteúdo da reportagem veiculada naquela data. Reiterou, ainda, os principais pontos do Fato Relevante de 7 de dezembro de 2018, sobre os resultados do Comitê Independente, e os próximos passos (acima detalhados). Por fim, destacou que continuará contribuindo com as demais autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado devidamente informados a respeito de eventuais desdobramentos relacionados ao tema.

Adicionalmente, a Companhia e a Controladora CCR S.A. continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados a respeito de eventuais desdobramentos relacionados aos fatos acima mencionados.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Ação Popular - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, CCR e Encalso Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 08 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 09 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do TJSP, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalso interpuseram embargos de declaração, que foram rejeitados. Em 16 de fevereiro de 2012, foram interpostos recursos excepcionais ao STJ e STF, os quais tiveram o seguimento negado. Contra estas decisões foram apresentados agravos em janeiro de 2015. Neste momento, aguarda-se o julgamento destes agravos denegatórios de seguimento de recursos especial e extraordinário.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013.

Por essa razão, a Companhia, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A ação encontra-se em fase de instrução.

iii. Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014, a Companhia propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026963-78.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. No caso da Companhia, o índice não contratual foi superior ao contratual. Todavia, pela irregularidade, a Companhia requereu o índice correto. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Companhia, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo.

Após julgamento dos embargos de declaração, a ARTESP e o Estado de São Paulo interpuseram recursos de apelação, que tiveram provimento negado pelo TJSP, em janeiro de 2016. Em julho de 2016, foram inadmitidos os recursos interpostos pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP aos tribunais superiores. Em 1º de agosto de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram agravos em recurso especial e recurso extraordinário, que aguardam julgamento.

Os efeitos da sentença estão suspensos devido a suspensão de liminar deferida pelo Presidente do TJSP em 13 de agosto de 2014.

A Administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantém expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 estão descritos na letra “q” desta nota.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 está descrito na letra “q” desta nota.

- **Classificação**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- **Mensuração e desreconhecimento**

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social - ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide no item “o”.

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo pode ser determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas:

- **CPC 47 – Receitas de contratos com clientes**

Introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou impactos da adoção desta norma, exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, nas suas Demonstrações Financeiras, em comparação com as normas anteriores de reconhecimento de receita, seja em termos de montante das receitas de construção e outras receitas operacionais, conforme em termos de momento de reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01 / IFRIC 12, já reconhecidas anteriormente de forma desagregada.

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações financeiras. O valor do intangível em construção em 1º de janeiro de 2018, era de R\$ 48.722.

- **CPC 48 – Instrumentos financeiros**

Estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Sua adoção não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiro. O impacto na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito a seguir, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 e as novas categorias requeridas para mensuração, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Ativos e Passivos financeiros | Classificação original de acordo com o CPC 38 | Nova classificação de acordo com o CPC 48 | Valor contábil original de acordo com o CPC 38 | Valor contábil de acordo com o CPC 48 |
|--|---|---|--|---------------------------------------|
| Contas a receber | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 15.717 | 15.717 |
| Contas a receber - partes relacionadas | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 13 | 13 |

ii. *Impairment de ativos financeiros*

Substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

q) *Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos*

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia estima que a adoção CPC 06 (R2) resulte numa provisão na data de adoção, sem impactos significativos. A provisão não deve afetar de maneira relevante nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em debêntures.

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes os seguintes pontos: (i) taxa de desconto e; (ii) estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia pretende aplicar a CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras normas

A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes:

- ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa.
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (Alterações no CPC33).
- CPC 11 contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 27 de março de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

| | |
|----|---|
| 2p | Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1) |
| 7 | Provisão para perda esperada |
| 8b | Impostos diferido |
| 12 | Amortização dos ativos intangíveis |
| 15 | Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários |
| 16 | Provisão de manutenção |
| 20 | Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo |

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixas e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber e junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nos 6, 10, 14 e 20.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, exceto passivos com partes relacionadas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | <u>Menos de 1 ano</u> | <u>Entre 1 e 2 anos</u> | <u>Entre 2 e 3 anos</u> | <u>Entre 3 e 4 anos</u> | <u>Acima de 4 anos</u> |
|--------------------------------------|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Debêntures (a) | 60.580 | 92.520 | 184.323 | 219.787 | 534.500 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 9.986 | 96.486 | - | - | - |
| Obrigações com o poder concedente | 364 | - | - | - | - |
| Mútuos cedidos à terceiros | - | - | - | - | 180.082 |

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido de R\$ 78.213, substancialmente composto por debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

| | | |
|-------------------------|---------------|---------------|
| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
| Caixa e bancos | <u>3.446</u> | <u>1.341</u> |
| | <u>3.446</u> | <u>1.341</u> |
| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
| Aplicações financeiras | | |
| Fundos de investimentos | <u>16.803</u> | <u>52.561</u> |
| | <u>16.803</u> | <u>52.561</u> |

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,47% do CDI, equivalente a 6,34% ao ano (99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

| | | |
|---|---------------|---------------|
| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
| Pedágio eletrônico (a) | 15.327 | 15.687 |
| Receitas acessórias (b) | 190 | 51 |
| | <u>15.517</u> | <u>15.738</u> |
| Provisão para perda esperada - contas a receber (c) | (58) | (21) |
| | <u>15.459</u> | <u>15.717</u> |

Idade de vencimento dos títulos:

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Créditos a vencer | 15.403 | 15.714 |
| Créditos vencidos até 60 dias | 39 | 3 |
| Créditos vencidos de 61 a 90 dias | 17 | - |
| Créditos vencidos de 91 a 180 dias | 37 | - |
| Créditos vencidos há mais de 180 dias | <u>21</u> | <u>21</u> |
| | <u>15.517</u> | <u>15.738</u> |

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|--------------|---------------|
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | (10.596) | (112.438) |
| Alíquota nominal | <u>34%</u> | <u>34%</u> |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal | 3.603 | 38.229 |
| Efeito tributário das adições e exclusões permanentes | | |
| Despesas indedutíveis | (176) | (86) |
| Outros ajustes tributários | <u>(2)</u> | <u>55</u> |
| | <u>(178)</u> | <u>(31)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | <u>3.425</u> | <u>38.198</u> |
| Alíquota efetiva de impostos | <u>32%</u> | <u>34%</u> |

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Saldo em 2018 | | | | | |
|---|---------------|--------------------------|------------|---------------|-----------------------|-------------------------|
| | 2017 | Reconhecido no resultado | Outros (*) | Valor Líquido | Ativo fiscal diferido | Passivo fiscal diferido |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a) | 370.879 | 703 | (81.957) | 289.625 | 289.625 | - |
| Provisão para participação nos resultados (PLR) | 207 | 46 | - | 253 | 253 | - |
| Provisão para perda esperada - contas a receber | 19 | 12 | - | 31 | 31 | - |
| Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários | 67 | 250 | - | 317 | 317 | - |
| Constituição da provisão de manutenção | 773 | 2.192 | - | 2.965 | 2.965 | - |
| Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b) | (23.401) | 222 | - | (23.179) | 6.514 | (29.693) |
| Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação | 348.544 | 3.425 | (81.957) | 270.012 | 299.705 | (29.693) |
| Compensação de imposto | - | - | - | - | (29.693) | 29.693 |
| Imposto diferido líquido ativo (passivo) | 348.544 | 3.425 | (81.957) | 270.012 | 270.012 | - |

(*) Refere-se à cessão de créditos de prejuízos e bases negativas do RodoAnel Oeste para a SPVias e CCR, conforme permitido pelo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela lei nº 13.496/2017.

| | Saldo em 2017 | | | | | |
|---|---------------|--------------------------|------------|---------------|-----------------------|-------------------------|
| | 2016 | Reconhecido no resultado | Outros (*) | Valor Líquido | Ativo fiscal diferido | Passivo fiscal diferido |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a) | 334.832 | 36.047 | - | 370.879 | 370.879 | - |
| Provisão para participação nos resultados (PLR) | 204 | 3 | - | 207 | 207 | - |
| Provisão para perda esperada - contas a receber | 24 | (5) | - | 19 | 19 | - |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários | 47 | 20 | - | 67 | 67 | - |
| Constituição da provisão de manutenção | 608 | 165 | - | 773 | 773 | - |
| Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b) | (25.369) | 1.968 | - | (23.401) | 7.104 | (30.505) |
| Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação | 310.346 | 38.198 | - | 348.544 | 379.049 | (30.505) |
| Compensação de imposto | - | - | - | - | (30.505) | 30.505 |
| Imposto diferido líquido ativo (passivo) | 310.346 | 38.198 | - | 348.544 | 348.544 | - |

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

| | 2018 |
|------------------|----------------|
| 2019 | 1.643 |
| 2020 | 3.914 |
| 2021 | 6.209 |
| 2022 | 9.301 |
| 2023 | 9.553 |
| de 2024 a 2026 | 53.584 |
| de 2025 a 2029 | 89.999 |
| de 2030 a diante | 115.424 |
| Total | 289.627 |

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|----------------|-------------|-------------|
| Circulante | 73.578 | 73.578 |
| Não circulante | 1.355.061 | 1.428.639 |

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 73.578 (R\$ 73.578 no mesmo exercício de 2017).

Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados nas controladas, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chaves da administração e outras partes relacionadas.

| | <u>Transações</u> | | |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | <u>2018</u> | | |
| | <u>Serviços prestados</u> | <u>Receitas financeiras</u> | <u>Despesas financeiras</u> |
| Controladora | | | |
| CCR S.A. | 246 (b) | - | 1.042 (g) |
| Outras partes relacionadas | | | |
| SPVias | - | 116 (f) | - |
| Samm | 213 (e) | - | - |
| CPC | 1.590 (d) | - | - |
| Total | <u>2.049</u> | <u>116</u> | <u>1.042</u> |

| | <u>Transações</u> | | | |
|-----------------------------------|---------------------------|--------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | <u>2017</u> | | | |
| | <u>Serviços prestados</u> | <u>Imobilizado /intangível</u> | <u>Receitas financeiras</u> | <u>Despesas financeiras</u> |
| Controladora | | | | |
| CCR S.A. | 237 (b) | - | - | 24 (b) |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| AutoBAn | - | - | 11.312 (h) | - |
| NovaDutra | - | - | 613 (h) | - |
| ViaOeste | - | - | 1.665 (h) | - |
| Encalco Construções Ltda. | - | - | - | 5.841 (i) |
| CPC | 1.194 (d) | 133 (d) | - | - |
| Total | <u>1.431</u> | <u>133</u> | <u>13.590</u> | <u>5.865</u> |

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Saldos | | | |
|--|-------------------------|-----------------------|----------------|--------------------------------------|
| | 2018 | | | |
| | Ativo | | Passivo | |
| | Contas a receber | Cessão Onerosa | AFAC | Fornecedores e contas a pagar |
| Controladora | | | | |
| CCR S.A. | - | 17.200 (g) | - | 19 (b) |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| AutoBAn | 6 (c) | - | - | 3 (c) |
| ViaOeste | 28 (c) | - | - | 44 (c) |
| ViaQuatro | 5 (c) | - | - | 19 (c) |
| CPC | - | - | - | 99 (d) |
| SPVias | - | 64.873 (f) (g) | - | - |
| Infra SP Participações Concessões S.A. | - | - | 742.862 (a) | - |
| Total circulante, 31 de dezembro de 2018 | 39 | 116 | - | 184 |
| Total não circulante, 31 de dezembro de 2018 | - | 81.957 | 742.862 | - |
| Total, 31 de dezembro de 2018 | 39 | 82.073 | 742.862 | 184 |

| | Saldos | | |
|--|-------------------------|----------------|--------------------------------------|
| | 2017 | | |
| | Ativo | Passivo | |
| | Contas a receber | AFAC | Fornecedores e contas a pagar |
| Controladora | | | |
| CCR S.A. | - | 577.862 (a) | 18 (b) |
| Outras partes relacionadas | | | |
| ViaQuatro | 2 (c) | - | 11 (c) |
| ViaOeste | 11 (c) | - | 12 (c) |
| CPC | - | - | 123 (d) |
| Total circulante, 31 de dezembro de 2017 | 13 | - | 164 |
| Total não circulante, 31 de dezembro de 2017 | - | 577.862 | - |
| Total, 31 de dezembro de 2017 | 13 | 577.862 | 164 |

Na AGO realizada em 11 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, a qual não inclui os encargos sociais.

- (a) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (b) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (e) Prestação de serviços de transmissão de dados;
- (f) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 120,89% do CDI entre a Companhia e a SPVias, com vencimento previsto em 20 de abril de 2022. Pagamentos de juros trimestrais e principal, 1º pagamento em 20 de abril de 2020;
- (g) Refere-se à cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da MP nº 651/14, convertida para Lei nº 13.043/2014, sem correção monetária, com vencimento em 14 de janeiro de 2019, data em que ocorreu a liquidação do mesmo;
- (h) Refere-se à cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da MP nº 651/14, convertida para Lei nº 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, estão sendo pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação que deve ocorrer em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal desta operação. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI; e
- (i) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre a Companhia e a sua acionista Encalso, com vencimento previsto em 15 de novembro de 2024. Em 14 de julho de 2017 este mútuo foi cedido para o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

11. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

| | 2017 | | 2018 | | Saldo final |
|---------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------------|---------------|
| | Saldo inicial | Adições | Baixas | Transferências (a) | |
| Móveis e utensílios | 1.501 | - | (7) | 131 | 1.625 |
| Máquinas e equipamentos | 20.856 | - | (17) | 924 | 21.763 |
| Veículos | 2.537 | - | (83) | 438 | 2.892 |
| Equipamentos operacionais | 35.708 | - | (13) | 6.945 | 42.640 |
| Imobilizado em andamento | 4.617 | 7.472 | - | (8.681) | 3.408 |
| | <u>65.219</u> | <u>7.472</u> | <u>(120)</u> | <u>(243)</u> | <u>72.328</u> |

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 352 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 338 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018, foi de 8,17% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 16,14% a.a. em 2017.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

| | Taxa média anual de depreciação % | 2017 | | 2018 | | Saldo final |
|---------------------------|-----------------------------------|-----------------|----------------|------------|--------------------|-----------------|
| | | Saldo inicial | Adições | Baixas | Transferências (a) | |
| Móveis e utensílios | 10 | (846) | (142) | 6 | - | (982) |
| Máquinas e equipamentos | 11 | (12.201) | (2.185) | 16 | (26) | (14.396) |
| Veículos | 33 | (1.892) | (460) | 68 | - | (2.284) |
| Equipamentos operacionais | 14 | (25.439) | (2.864) | 10 | 26 | (28.267) |
| | | <u>(40.378)</u> | <u>(5.651)</u> | <u>100</u> | <u>-</u> | <u>(45.929)</u> |

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Intangível

Movimentação do custo

| | 2017 | | 2018 | | Saldo final |
|--|----------------|-----------------------|---------------|--------------------|----------------|
| | Saldo inicial | Adoção inicial CPC 47 | Adições | Transferências (a) | |
| Direitos de exploração da infraestrutura | 440.825 | (48.722) | - | 52.577 | 444.680 |
| Direitos de uso de sistemas informatizados | 1.278 | - | - | 243 | 1.521 |
| Intangível | 442.103 | (48.722) | - | 52.820 | 446.201 |
| Intangível em construção | - | 48.722 | 27.463 | (52.577) | 23.608 |

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.394, em 2018 (R\$ 4.863 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 8,17% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 16,14 % a.a. em 2017.

Movimentação da amortização

| | Taxa média anual de amortização % | 2017 | | 2018 | |
|--|-----------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|---------|
| | | Saldo Inicial | Adições | Saldo Inicial | Adições |
| Direitos de exploração da infraestrutura | (*) | (50.929) | (12.805) | (63.734) | |
| Direitos de uso de sistemas informatizados | 20 | (898) | (143) | (1.041) | |
| | | <u>(51.827)</u> | <u>(12.948)</u> | <u>(64.775)</u> | |

(*) Amortização pela curva de benefício econômico (curva de tráfego).

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para intangível.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Diferido

| | Taxa média anual de amortização % | 2017 | | | 2018 | |
|---|-----------------------------------|--------------------------------|-----------------|--------------|---------------|-----------------|
| | | Custo | Amortização | Líquido | Custo | Amortização |
| | | Juros sobre notas promissórias | 10 | 40.591 | (36.534) | 4.057 |
| Custos e despesas com pessoal | 10 | 1.802 | (1.621) | 181 | 1.802 | (1.802) |
| Serviços de terceiros | 10 | 9.766 | (8.792) | 974 | 9.766 | (9.766) |
| Materiais e manutenção de equipamentos e veículos | 10 | 1.017 | (915) | 102 | 1.017 | (1.017) |
| Gastos gerais | 10 | 1.267 | (1.140) | 127 | 1.267 | (1.267) |
| Despesas financeiras | 10 | 6.241 | (5.617) | 624 | 6.241 | (6.241) |
| Gastos relativos ao contrato de concessão e amortização de despesas antecipadas | 10 | 9.347 | (8.413) | 934 | 9.347 | (9.347) |
| Receitas financeiras | 10 | (8.474) | 7.630 | (844) | (8.474) | 8.474 |
| | | <u>61.557</u> | <u>(55.402)</u> | <u>6.155</u> | <u>61.557</u> | <u>(61.557)</u> |

Movimentação da amortização

| | 2017 | 2018 | |
|---|-----------------|----------------|-----------------|
| | Saldo inicial | Adições | Saldo final |
| Juros sobre notas promissórias | (36.534) | (4.057) | (40.591) |
| Custos e despesas com pessoal | (1.621) | (181) | (1.802) |
| Serviços de terceiros | (8.792) | (974) | (9.766) |
| Materiais e manutenção de equipamentos e veículos | (915) | (102) | (1.017) |
| Gastos gerais | (1.140) | (127) | (1.267) |
| Despesas financeiras | (5.617) | (624) | (6.241) |
| Gastos relativos ao contrato de concessão e amortização de despesas antecipadas | (8.413) | (934) | (9.347) |
| Receitas financeiras | 7.630 | 844 | 8.474 |
| | <u>(55.402)</u> | <u>(6.155)</u> | <u>(61.557)</u> |

Saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07.

14. Debêntures

| Série | Taxas contratuais | Taxa efetiva de custo de transação (% a.a.) | Custo de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar 2018 | Vencimento final | 2018 | 2017 |
|-----------------------------|-------------------|---|-------------------------------|------------------------------------|------------------|----------------|------------------|
| 1. 4ª Emissão - Série única | 108,00% do CDI | 0,0986% (a) | 1.353 | - | Maio de 2018 | - | 277.930 (b) |
| 2. 6ª Emissão - Série única | 120% do CDI | 0,0760% (a) | 3.171 | 2.516 | Abril de 2024 | 807.711 | 804.800 (b) |
| Total geral | | | | <u>2.516</u> | | <u>807.711</u> | <u>1.082.730</u> |
| Circulante | | | | | | | |
| Debêntures | | | | | | 10.226 | 285.963 |
| Custos de transação | | | | | | <u>(606)</u> | <u>(718)</u> |
| | | | | | | <u>9.620</u> | <u>285.245</u> |
| Não circulante | | | | | | | |
| Debêntures | | | | | | 800.001 | 800.001 |
| Custos de transação | | | | | | <u>(1.910)</u> | <u>(2.516)</u> |
| | | | | | | <u>798.091</u> | <u>797.485</u> |

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantia

- (b) Aval / fiança corporativa da controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

| | <u>2018</u> |
|--------------|------------------------------|
| 2020 | 32.000 |
| 2021 | 124.000 |
| 2022 | 168.000 |
| 2023 | 112.000 |
| 2024 | <u>364.001</u> |
| Total | <u><u>800.001</u></u> |

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 04 de maio de 2018, ocorreu a quitação da 4ª emissão de debêntures.
2. Em 25 de outubro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografária e com garantia fidejussória da CCR, no valor nominal total de R\$ 800.000, realizada em série única e com remuneração de 120% do CDI. O pagamento de juros é semestral a partir de 26 de abril de 2018, e a amortização do principal é customizada, em parcelas anuais e consecutivas, a partir de 25 de abril de 2020 até 25 de abril de 2024. Dentre as principais cláusulas de vencimento antecipado estão a alteração societária da emissora que resulte na perda, pela fiadora, do controle acionário direto e indireto da emissora, alteração de objeto social ou término antecipado do contrato de concessão.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2017 | | 2018 | | | |
|--------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---|-------------|
| | Saldo inicial | Constituição | Reversão | Pagamentos | Atualização de bases processuais e moneária | Saldo final |
| Não circulante | | | | | | |
| Cíveis | - | 508 | - | (107) | 4 | 405 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 198 | 650 | (125) | (214) | 20 | 529 |
| | <u>198</u> | <u>1.158</u> | <u>(125)</u> | <u>(321)</u> | <u>24</u> | <u>934</u> |

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a baixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------|------------|------------|
| Cíveis e administrativos | 8 | 31 |
| Trabalhistas e previdenciários | 145 | 428 |
| | <u>153</u> | <u>459</u> |

16. Provisão de manutenção

| | 2017 | 2018 | | Saldo final |
|----------------|---------------|---|-------------------------|--------------|
| | Saldo inicial | Constituição de provisão a valor presente | Ajuste a valor presente | |
| Não circulante | 2.276 | 5.956 | 488 | 8.720 |
| | <u>2.276</u> | <u>5.956</u> | <u>488</u> | <u>8.720</u> |

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, foram de 13,93% e 7,54%, respectivamente.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.040.700, composto por 520.350 de ações ordinárias e 520.350 de ações preferenciais.

b) Prejuízo por ação

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|-------------|-------------|
| Numerador | | |
| Prejuízo líquido | (7.171) | (74.240) |
| Denominador | | |
| Média ponderada de ações (em milhares) | 1.040.700 | 1.040.700 |
| Prejuízo por ação ordinária | (0,00689) | (0,07134) |
| Prejuízo por ação preferencial | (0,00689) | (0,07134) |

18. Receitas

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Receitas de pedágio | 262.496 | 264.516 |
| Receitas de construção (ICPC 01 R1) | 26.532 | 54.099 |
| Receitas acessórias | 2.428 | 938 |
| Outras Receitas | 276 | 307 |
| Receita bruta | <u>291.732</u> | <u>319.860</u> |
| Impostos sobre receitas | (22.934) | (23.020) |
| Deduções da receita bruta | <u>(22.934)</u> | <u>(23.020)</u> |
| Receita operacional líquida | <u><u>268.798</u></u> | <u><u>296.840</u></u> |

19. Resultado financeiro

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|------------------------|-------------------------|
| Despesas financeiras | | |
| Juros sobre debêntures | (68.139) | (178.087) |
| Juros e variações monetárias sobre mútuos | (1.042) | (5.865) |
| Ajuste a valor presente da provisão de manutenção | (488) | (311) |
| Capitalização de custos de empréstimos | 1.746 | 5.201 |
| Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros | (18) | (1) |
| Juros sobre mútuos com terceiros | (6.701) | (3.568) |
| Outras despesas financeiras | (163) | (14.845) |
| Taxas, comissões e outras | (613) | (10.847) |
| | <u>(75.418)</u> | <u>(208.323)</u> |
| Receitas financeiras | | |
| Juros e variações monetárias sobre mútuos | 116 | 13.590 |
| Rendimento sobre aplicação financeira | 2.157 | 3.377 |
| Juros e outras receitas financeiras | 72 | 98 |
| | <u>2.345</u> | <u>17.065</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u><u>(73.073)</u></u> | <u><u>(191.258)</u></u> |

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A., possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

| | 2018 | | | 2017 | | |
|--|----------------------------------|---|--|----------------------------------|---|--|
| | Valor justo através do resultado | Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado | Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado | Valor justo através do resultado | Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado | Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado |
| Ativos | | | | | | |
| Caixas e bancos | 3.446 | - | - | 1.341 | - | - |
| Aplicações financeiras | 16.803 | - | - | 52.561 | - | - |
| Contas a receber | - | 15.459 | - | - | 15.717 | - |
| Contas a receber - partes relacionadas | - | 39 | - | - | 13 | - |
| Mútuo - partes relacionadas | - | 82.073 | - | - | - | - |
| Passivos | | | | | | |
| Debêntures (a) | - | - | (807.711) | - | - | (1.082.730) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | - | - | (106.472) | - | - | (98.977) |
| Fornecedores - partes relacionadas | - | - | (184) | - | - | (164) |
| Partes Relacionadas - AFAC | - | - | (742.862) | - | - | (577.862) |
| Obrigações com o poder concedente | - | - | (364) | - | - | (351) |
| | <u>20.249</u> | <u>97.571</u> | <u>(1.657.593)</u> | <u>53.902</u> | <u>15.730</u> | <u>(1.760.084)</u> |

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas e mútuos - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

| | 2018 | | 2017 | |
|--------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Debêntures (a) (b) | 810.227 | 856.758 | 1.085.964 | 1.149.065 |

- (a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

| | 2018 | 2017 |
|------------------------|--------|--------|
| Nível 2: | | |
| Aplicações financeiras | 16.803 | 52.561 |

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicação financeira com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

| Operação | Risco | Vencimentos até | Exposição em R\$ ⁽³⁾⁽⁴⁾ | Efeito em R\$ no resultado | | |
|---|--------------------|--------------------|------------------------------------|----------------------------|-----------------|-----------------|
| | | | | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| Debêntures - 6ª Emissão | CDI ⁽²⁾ | Abril de 2024 | 810.227 | (62.615) | (78.269) | (93.923) |
| Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁵⁾⁽⁶⁾ | CDI ⁽²⁾ | | 16.803 | 1.062 | 1.328 | 1.593 |
| Efeito líquido | | | | <u>(61.553)</u> | <u>(76.941)</u> | <u>(92.330)</u> |
| As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ : | | | | | | |
| | | CDI ⁽²⁾ | | 6,40% | 8,00% | 9,60% |

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) a abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI);
- (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
- (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou de 1,5% sobre receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder concedente.

No decorrer do exercício de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.972 referente ao direito de outorga variável (R\$ 3.969 no exercício de 2017).

b. Compromissos vinculados à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2018 esses compromissos estavam estimados em R\$ 470.498 (R\$ 488.643 em 31 de dezembro de 2017).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstração dos fluxos de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|-------------|-----------------|
| Mútuos com terceiros | - | (95.629) |
| Cessão onerosa - partes relacionadas | (81.957) | - |
| Impostos diferidos | 81.957 | - |
| Efeito no caixa líquido das atividades operacionais | <u>-</u> | <u>(95.629)</u> |
| Mútuos com partes relacionadas | - | 95.629 |
| Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento | <u>-</u> | <u>95.629</u> |

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

| | <u>Debêntures</u> | <u>Mútuos - partes relacionadas</u> | <u>AFAC - partes relacionadas</u> | <u>Total</u> |
|---|-------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|
| Saldo Inicial | (1.082.730) | - | (577.862) | (1.660.592) |
| Variações dos fluxos de caixa de financiamento | | | | |
| Captações (líquidas dos custos de transação) | - | (50.000) | - | (50.000) |
| Pagamentos de principal e juros | 343.158 | 51.042 | - | 394.200 |
| AFAC | - | - | (165.000) | (165.000) |
| Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento | <u>343.158</u> | <u>1.042</u> | <u>(165.000)</u> | <u>179.200</u> |
| Outras variações | | | | |
| Despesas com juros, variação monetária e cambial | (68.139) | (1.042) | - | (69.181) |
| Total das outras variações | <u>(68.139)</u> | <u>(1.042)</u> | <u>-</u> | <u>(69.181)</u> |
| Saldo Final | <u>(807.711)</u> | <u>-</u> | <u>(742.862)</u> | <u>(1.550.573)</u> |

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo de Toledo
Paulo Yukio Fukuzaki
Arthur Piotto Filho

Presidente do Conselho
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura
Fábio Russo Corrêa

Diretor Presidente
Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva

CRC 1SP129452/O-3